**PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA(LA) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE(PSC) [[1]](#endnote-1)**

1. **Ausência total de cofinanciamento estadual** para as medidas socioeducativas realizada nos CREAS e aos municípios sem CREAS, mas que executam o serviço por meio de equipes de Proteção Social no órgão gestor; (ausência de cofinanciamento envolve todos os serviços de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina)

2. Necessidade de regionalização dos serviços de Média e Alta Complexidade para atender as demandas junto com os municípios de Pequeno Porte I – conforme regulamentado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS (2012) e na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013;

3. Falta de capacitação e assessoramento técnico da SST para com as equipes de Medidas Socioeducativas;

4. Pouco assessoramento para implantação e implementação do SIPIA – há apenas uma única técnica para o SIPIA SINASE e SIPIA CONSELHO TUTELAR para todo o Estado de Santa Catarina;

5.Relatos frequentes junto as equipes técnicas de violência e ameaça policial praticadas contra os adolescentes;

6.Poucos serviços para atendimento de adolescente/jovem/família ameaçado de morte. Que alternativas de proteção o Estado oferece?

7. Insuficiência/ausência de espaços para atendimento aos adolescentes em situação de dependência química e saúde mental;

8.Necessidade de construção de fluxos e discussões sobre situações de adolescentes de ato infracional e que necessitam concomitantemente de acolhimento institucional e familiar;

1. Elaborado pela FECAM e Associações de Municípios, Florianópolis/SC, outubro de 2016. [↑](#endnote-ref-1)